
O IBGE e a consolidação da geografia universitária brasileira

The IBGE and the consolidation of the brazilian university geography

El IBGE y la consolidación de la geografía universitaria en Brasil

L'IBGE et la consolidation de la géographie universitaire brésilienne

Patricia Aranha



Electronic version

URL: <http://terraBrasilis.revues.org/971>

DOI: 10.4000/terraBrasilis.971

ISSN: 2316-7793

Publisher:

Laboratório de Geografia Política -
Universidade de São Paulo, Rede Brasileira
de História da Geografia e Geografia
Histórica

Electronic reference

Patricia Aranha, « O IBGE e a consolidação da geografia universitária brasileira », *Terra Brasilis (Nova Série)* [Online], 3 | 2014, posto online no dia 30 Junho 2014, consultado o 30 Setembro 2016. URL : <http://terraBrasilis.revues.org/971> ; DOI : 10.4000/terraBrasilis.971

The text is a facsimile of the print edition.

© Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica

O IBGE e a consolidação da geografia universitária brasileira

The IBGE and the consolidation of the brazilian university geography

El IBGE y la consolidación de la geografía universitaria en Brasil

L'IBGE et la consolidation de la géographie universitaire brésilienne

Patricia Aranha

- 1 O presente artigo tem por objetivo analisar as relações entre o curso de Geografia e História da Universidade do Brasil e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Havia estreita colaboração entre professores, alunos do curso e técnicos do Instituto. Vários professores trabalhavam no órgão realizando consultorias e organizando expedições; os alunos participavam de pesquisas de campo; e os técnicos, que possuíam outras formações que não a de Geografia, graduavam-se na universidade. Examinar esta aproximação mútua é essencial para esmiuçar de que maneira determinadas resoluções tomadas no âmbito do Instituto influenciavam no curso universitário.
- 2 Dentre as resoluções do IBGE que diziam respeito ao curso de História e Geografia, as que tiveram maior importância estavam relacionadas aos apelos pela separação das referidas carreiras na década de 1940. Nesta época o Instituto adquiria grande importância nacional, principalmente devido aos levantamentos que forneciam o suporte necessário às políticas territoriais do Estado (Almeida, 2000, pp. 87-88). Com o aumento de sua influência, cresciam também as reivindicações dos funcionários, os profissionais desejavam que o curso de Geografia não somente estivesse em consonância com as atividades desenvolvidas no IBGE, mas que também formasse geógrafos especializados para as funções que desenvolveriam em seu ofício.
- 3 Apesar de, na prática, haver algum nível de especialização, pois, comumente, os alunos que se interessavam por Geografia se aproximavam dos professores da área, a graduação conjunta com a de História era motivo de grande insatisfação dos geógrafos ligados ao Instituto. Isto acontecia porque o currículo universitário do curso era dividido

equitativamente, fazendo com que a formação dos profissionais em geografia fosse repleta de disciplinas da área de História e vice-versa (Machado, 2009, p. 110).

- 4 Por conseguinte, o desagrado dos profissionais com o curso originou uma série de resoluções do Conselho Nacional de Geografia, cartas dirigidas ao ministro Gustavo Capanema,¹ além de artigos e palestras que tratavam do problema. A avaliação desses documentos nos permite inferir as reivindicações dos geógrafos em relação ao curso universitário, bem como identificar as pressões que levaram à separação dos cursos, já na década de 1950.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

- 5 O IBGE foi criado em janeiro de 1938 por meio do Decreto-Lei nº 218. Sua estrutura, no entanto, consistiu na união de dois órgãos que já existiam formalmente,² o Instituto Nacional de Estatística (INE) e o Conselho Nacional de Geografia (CNG) ao Serviço Nacional de Recenseamento (Almeida, 2000, p. 36).
- 6 A criação dos Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio e da Educação e Saúde Pública, ainda no começo do governo de Getúlio Vargas, deu início a diversas modificações no aparelho administrativo do novo governo. A partir de então, foram aceleradas as gestões para a criação de um sistema centralizado de informações e estatísticas capaz de subsidiar as ações do governo federal (Nogueira, 2013, pp. 67-68).
- 7 Deste modo, as atividades desenvolvidas pelo IBGE em seus anos iniciais visavam a construção de saberes técnicos e científicos que fornecessem suporte às ações governamentais. O governo central passava a dispor, assim, de uma agência técnica responsável pela orientação das políticas referentes à gestão do território nacional (Adas, 2006, pp. 36-38).
- 8 Em última análise, o material produzido pelos profissionais do Instituto, na forma de tabelas, mapas e censos, foi utilizado amplamente pelo governo com o propósito de organizar o território brasileiro e intervir na ordem social e política do país, numa perspectiva centralizadora.
- 9 No interior da estrutura administrativa do IBGE, o CNG estabeleceu-se como órgão especializado em efetivar o conhecimento minucioso e sistemático do país, coordenando diversas iniciativas, como excursões de estudo, levantamentos territoriais e regionalizações, entre outras. O conhecimento geográfico do território nacional era um tema recorrente tanto nas falas dos políticos quanto dos geógrafos (Almeida, 2000, p. 37; Almeida & Abrantes, 2004, pp. 418-419).
- 10 No que tange especificamente à geografia, destaco que o campo se desenvolvia paralelamente na Universidade e no IBGE. Juntas, as duas instituições assumiam o papel de profissionalização das primeiras gerações de geógrafos. As faculdades formavam os professores de Geografia; o IBGE treinava e formava os geógrafos especializados. Havia, portanto, certo nível de colaboração.

De municipal a federal: a criação da Universidade do Brasil

- 11 A Universidade do Brasil fez parte de um projeto de educação do governo federal que tinha por objetivo estabelecer um novo padrão de ensino superior no país. Ela foi criada pela pasta de Gustavo Capanema em 1937, com a pretensão de formar intelectualmente as elites brasileiras para cargos profissionais nos setores público e privado. Contudo, na cidade do Rio de Janeiro já havia outra universidade, de âmbito municipal, a Universidade do Distrito Federal. Compreender as ligações entre as duas instituições ajuda a esclarecer os caminhos percorridos pela própria geografia universitária brasileira.
- 12 A Universidade do Distrito Federal (UDF) foi fundada no ano de 1935. A situação desta instituição era *sui generis*, pois, à época, a cidade do Rio de Janeiro era a então sede do governo federal, fato que imprimia nesta universidade a missão de definir o padrão cultural a ser disseminado no restante do país. Ela fazia parte de um programa de instrução capitaneado por Anísio Teixeira, diretor de Instrução Pública do Distrito Federal (1931-1934) e logo depois Secretário de Educação e Cultura (1935). Desde seu nascimento, a Universidade atrai para si grandes professores brasileiros, entre eles Sérgio Buarque de Hollanda, Gilberto Freyre, Cândido Portinari e Heitor Villa-Lobos; além da particularmente destacada *missão francesa*, que contava com professores de renome lecionando nas áreas de História, Geografia e Letras e Literatura (Ferreira, 2013; Machado, 2009, pp. 55-64).
- 13 O curso de Geografia na UDF era desenvolvido separadamente do curso de História, fato bastante peculiar quando levamos em consideração que em outras instituições de ensino superior, como a Universidade de São Paulo, por exemplo, o curso funcionava de maneira conjunta. Este foi o formato institucional até o fim do ano de 1937, quando os cursos foram reorganizados e houve a fusão entre as graduações de história e geografia (Machado, 2009, pp. 65- 69).
- 14 Contudo, a UDF já nascia indo de encontro ao Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931,³ que subordinava as mesmas ao Ministério da Educação e, por consequência, ao governo federal. Em tais condições, seu próprio decreto de fundação contrariava a orientação do Estado, pois a UDF estava vinculada ao poder municipal da cidade do Rio de Janeiro. Além disso, a existência dessa instituição também contradizia o projeto de criação da Universidade Brasil defendido pelo governo federal, através da figura do ministro Gustavo Capanema.
- 15 Principalmente a partir do golpe de Estado que garantiu a permanência de Vargas no poder, a proposta da UDF sofre uma série de reveses. Inicialmente, isto se fez sentir com a remodelação de seu currículo pioneiro; em seguida, por meio de sua completa extinção no ano de 1939, quando seus quadros passam a integrar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Brasil (UB).⁴ Apesar de haver outras modificações na transição da estrutura da UDF do governo municipal para o federal, bem como na sua incorporação à Faculdade Nacional de Filosofia da UB, a que destaco neste artigo é o funcionamento conjunto dos cursos de História e Geografia. No último ano de existência da UDF as graduações já estavam unidas e depois, com a UB, houve a consolidação deste modelo, que vigorou até o ano de 1956, quando houve a separação dos cursos.

Geógrafos franceses e circulação profissional entre a Universidade e o IBGE

- 16 A constituição da geografia universitária, no caso brasileiro, esteve ligada à opção pelo modelo disciplinar francês,⁵ materializado através da contratação de professores desta nacionalidade (ou pelo menos francófonos⁶) para lecionar no nascente curso universitário. O grupo representava a chamada *Escola Geográfica Francesa*, difundida em diversos países a partir de sua matriz original. No entanto, é conveniente destacar que a escolha do modelo francês não ficou restrita à Geografia. No caso da História, marcadamente, também foram contratados mestres franceses.
- 17 É notória a existência de professores e produção didática na área da geografia no Brasil antes da vinda dos professores estrangeiros. Bons exemplos disso são Aroldo de Azevedo e João Dias da Silveira, em São Paulo, e Delgado de Carvalho e Fernando Raja Gabaglia, no Rio de Janeiro. No entanto, esses estudiosos não eram formados em Geografia, à qual chegaram por diferentes caminhos. Aroldo de Azevedo, por exemplo, era bacharel em Direito, mas escreveu livros didáticos de Geografia e foi professor da disciplina no ensino secundário, tendo se graduado apenas quando da criação do curso na USP. Delgado de Carvalho era formado em Ciências Políticas, embora tenha feito carreira docente e escrito compêndios de Geografia, História e Sociologia. O campo disciplinar estava ainda em processo de constituição no país, por isso não havia tantos geógrafos para ministrar aulas nos cursos universitários, e muito menos um padrão profissional para a disciplina.
- 18 A Escola Geográfica Francesa teve em Pierre Deffontaines⁷ seu primeiro representante universitário no Brasil. O geógrafo foi contratado primeiramente pela USP, no ano de 1934, e logo depois pela UDF, entre 1936 e 1938. É interessante atentar para o fato de que Deffontaines não lecionava apenas, mas estava comprometido com a criação de institutos, revistas e associações que fornecessem suporte e divulgação à pesquisa científica. O geógrafo propôs a fundação da Associação dos Geógrafos Brasileiros, existente até os dias de hoje, e manteve-se próximo do movimento que daria origem ao CNG. Dentro deste órgão, exerceu funções de palestrante, conferencista e colaborador assíduo da Revista Brasileira de Geografia. Além disso, foi grande incentivador da adesão brasileira à União Geográfica Internacional.
- 19 Um dos principais legados de Deffontaines reside exatamente nesta circulação nos ambientes onde era produzido o saber geográfico no Brasil. O geógrafo contribuiu decisivamente para a colaboração entre a dita “ala acadêmica” da disciplina institucionalizada (relacionada à Universidade) e a “ala técnico-administrativa” (representada pelo IBGE). Havia uma significativa articulação entre a Universidade e o IBGE. Os professores orientavam seus alunos não só para a futura docência, mas também para o trabalho de campo (Lefebvre, 1999), enquanto o IBGE promovia encontros e proporcionava estágio a alunos do curso da UDF (Evangelista, 2006).
- 20 No começo dos anos 1940, no Rio de Janeiro, havia outro representante da Escola Francesa: Francis Ruellan.⁸ O professor lecionava na antiga Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ferreira, 2006, pp. 152-153) e, assim como os demais geógrafos franceses, também atuava em outro ambiente de produção do saber geográfico, o IBGE, onde era consultor técnico do CNG. Sua função era não somente a pesquisa, mas, sobretudo o treinamento de

pesquisadores, formando quadros profissionais para o Conselho através de suas atividades em campo.

- 21 A respeito de Ruellan, é interessante destacar que, por ter atuado em duas frentes da pesquisa geográfica – ensino universitário e administração pública federal – o geógrafo acabou por estabelecer um elo entre a Faculdade de Filosofia e o CNG. Ao realizar pesquisas sobre o território nacional, abriu espaço para o reconhecimento do ofício de geógrafo. Seus trabalhos de campo aportavam conhecimentos empíricos sobre a formação geológica do território brasileiro e sua ocupação humana, aspectos cruciais para a constituição profissional do nascente grupo de geógrafos do Rio de Janeiro, bem como para a construção de um pensamento geográfico sobre o Brasil.
- 22 O geógrafo destacou-se por suas pesquisas e expedições ao interior do território nacional. Em 1946, o então presidente Dutra nomeou a Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil, sob a chefia do general Djalma Poli Coelho, que realizou trabalhos de gabinete e de campo no desempenho de suas atribuições. No interior desta Comissão, havia uma subcomissão especialmente ativa – a de Estudos Geográficos – que organizou dois minuciosos trabalhos de campo ao Planalto Central. A primeira dessas iniciativas foi chefiada por Ruellan e envolveu mais de 40 pessoas, entre técnicos e alunos da Faculdade Nacional de Filosofia. O objetivo da viagem era definir possíveis locais para a construção da futura capital (Pereira, 2010, pp. 51-74). Sua realização possibilitou a confecção de um retrato detalhado da região: clima, altitude, mineralogia, possíveis áreas que se destinariam à agricultura, rios que abastecem a região, culturas a serem implantadas, entre outros aspectos que seriam descritos, posteriormente, em uma comunicação à Associação de Geógrafos Franceses (Ruellan, 1948).
- 23 A importância das atividades profissionais desses professores franceses relaciona-se justamente à articulação entre os diferentes espaços destinados à produção do saber geográfico: eles auxiliaram na sua criação, trabalhavam em suas atividades e formavam ainda discípulos que continuariam a obra iniciada.
- 24 Além disso, o exame dessa cooperação entre professores universitários, alunos e técnicos do IBGE nos permite uma visão do processo que não privilegie somente o conhecimento construído na Universidade, mas que compreenda todas as instâncias envolvidas na constituição do campo da Geografia no Brasil.
- 25 Podemos perceber melhor o fenômeno descrito quando consideramos uma particularidade da institucionalização da disciplina no Brasil: o saber acadêmico era desenvolvido concomitantemente ao de gestão territorial. O pensamento geográfico brasileiro estava intimamente ligado ao conhecimento do território nacional, à realização de levantamentos e trabalhos cartográficos. A geografia era dotada de um sentido de missão, colocando-se a serviço da integração e desenvolvimento do país.

As deliberações do CNG sobre o curso universitário de geografia

- 26 Nos os anos de 1944 e 1945 foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Geografia duas resoluções que tinham por objetivo ajustar a formação dos geógrafos. Elas estabeleciam a maneira como deveriam ser conduzidos os cursos universitários, apontando para diferentes aspectos, como a especialização da formação em Geografia e sua consequente

separação do curso de História, o equilíbrio entre teoria e prática durante a graduação e a regulamentação da profissão de geógrafo.

- 27 Na resolução número 156, de 14 de abril de 1944 (IBGE-CNG, 1945a)⁹ o Conselho faz um apelo ao ministro Capanema. Em todos os artigos que compõem o documento há formulações que refletem as demandas do IBGE quanto à profissionalização da Geografia. O primeiro deles trata especificamente sobre a separação do curso de História, conforme pode ser verificado a seguir:

Art. 1º – O Conselho Nacional de Geografia formula encarecido apelo ao senhor Ministro da Educação e Saúde no sentido de ser estabelecida, na reforma do ensino superior em preparo, a separação dos cursos de Geografia e de História nas faculdades de filosofia, de modo a se possibilitar a formação de geógrafos habilitados convenientemente nos trabalhos especializados, de gabinete e de campo, de que tanto carece a Geografia nacional, no seu aparelhamento atual (p. 1657).

- 28 Entre 1942 e 1946 foram aprovadas diversas “Leis Orgânicas do Ensino” pelo ministro Gustavo Capanema, no que, em seu conjunto, ficou conhecido como Reforma Capanema. Ao contrário do que pode parecer após a leitura do fragmento acima, as leis orgânicas estabeleceram referências de funcionamento principalmente para os ensinos industrial, comercial e secundário, demonstrando a intenção do governo de estruturar o ensino profissionalizante destinado às camadas populares da sociedade (Palma Filho, 2005, pp. 71-73).

- 29 A estratégia dos profissionais do IBGE era aproveitar essas tentativas de reforma do ensino brasileiro e deixar clara sua insatisfação com o modelo que vigorava no curso de Geografia. Empenhavam-se por uma maior especialização profissional já durante a graduação.

- 30 Outro ponto interessante da resolução 156 aborda a necessidade de maior equilíbrio na quantidade de disciplinas teóricas e práticas no curso de geografia:

Art. 2º – O Conselho encarece também a conveniência de se estabelecer, na medida do possível, uniformidade dos currículos nos cursos de Geografia das faculdades de filosofia do país, de maneira que, mediante equilibrado conjunto de estudos teóricos e práticos, melhor e mais extensamente se atendam as necessidades dos meios técnicos (p. 1657).

- 31 O IBGE era um dos principais ambientes de trabalho dos geógrafos formados pela Universidade do Brasil. Além disso, vários profissionais que exerciam funções no Instituto sem haver cursado Geografia, procuravam adquirir formação na área, que lhes parecia promissora. Assim, percebemos que as reivindicações em tela estavam em consonância com a tentativa de fortalecer a identidade e a autonomia da Geografia frente a outros campos do conhecimento. Para tanto, buscava-se uma integração entre as alas ditas “técnica” e “acadêmica” da disciplina. Os técnicos e profissionais que integravam os quadros do Instituto mantinham relações bastante próximas com a Universidade.

- 32 Esta valorização da técnica nas atividades desenvolvidas pelo IBGE fica ainda mais clara quando observamos os artigos 3º e 4º da resolução:

Art. 3º – Igualmente, salienta o Conselho a necessidade de ser restabelecido nas escolas de engenharia o curso de geógrafo, em virtude da falta desses técnicos no país, a criar-lhe embaraços no desenvolvimento dos trabalhos geográficos e sugere dar-se ao diplomado nesse curso o título de “engenheiro geodesta”.

Art. 4º – Por fim, o Conselho ressalta a absoluta necessidade de ser dado cunho prático aos cursos superiores de Geografia, por forma que os geógrafos formados

pelas faculdades de filosofia e pelas escolas de engenharia sejam profissionais aptos e em condições de aproveitamento imediato e efetivo (pp.1657-1658).

- 33 O teor do artigo 3º é particularmente interessante, pois reafirma a conexão entre a engenharia e a geografia. Ora, antes da existência do curso universitário de Geografia havia diversas expedições de reconhecimento territorial e de mapeamento levadas a cabo por engenheiros, que realizavam trabalhos essencialmente geográficos. Alguns dos primeiros alunos do curso universitário de Geografia eram engenheiros. Um bom exemplo é Christovam Leite de Castro, secretário-geral do CNG, com formação em engenharia civil e aluno da primeira turma do curso implementado na Universidade do Distrito Federal.
- 34 No último artigo podemos depreender que a reivindicação pela maior proximidade entre geografia e engenharia dava-se pelo caráter acadêmico e pouco prático do novo curso. Os alunos que desejavam ter uma formação compatível com o exercício de atividades de campo se aproximavam dos professores que as realizavam no IBGE, como era o caso de Ruellan, que capitaneava as expedições citadas anteriormente.
- 35 As determinações que buscavam uma formação mais condizente com as atividades profissionais do geógrafo ganharam continuidade na resolução 183, de 26 de março de 1945 (IBGE-CNG, 1945b).¹⁰ Esta tinha por objetivo regulamentar a profissão de geógrafo e criar uma faculdade de Geografia e Cartografia:

Art. 1º – Fica constituída uma Comissão Especial para o fim de estudar as questões relativas à regulamentação do exercício da profissão de geógrafo e à criação da Faculdade de Geografia e Cartografia, na conformidade das indicações nesse sentido aprovadas pelo X Congresso Brasileiro de Geografia e encaminhadas à consideração deste Conselho (p. 337).

- 36 A regulamentação só viria, no entanto, no ano de 1979¹¹ e, não à toa, o órgão que regula o exercício da profissão de geógrafo no país é o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA). No interior deste órgão, a geografia situa-se na chamada Câmara de Agrimensura, juntamente com a engenharia cartográfica.
- 37 Por conseguinte, destaco que as resoluções do Conselho CNG em relação à Universidade estavam centradas na busca pela autonomia do curso de Geografia e o estabelecimento da profissão de geógrafo. Com as atividades em geografia ganhando importância, principalmente através das pesquisas do IBGE, eram cada vez mais numerosas as gestões em favor da criação de um curso separado da história. Além das resoluções do Conselho, o tema iria permear também os discursos dos geógrafos, conforme pode ser constatado a seguir.

A geografia na universidade do ar

- 38 Dentre os artigos de geógrafos produzidos na época chamo a atenção para o de José Veríssimo da Costa Pereira (1944),¹² que, poucos dias depois da aprovação da resolução 156 do Conselho, proferiu uma palestra na Rádio Nacional intitulada *A geografia na universidade do Ar*¹³ cujo tema central era o curso de geografia através do rádio.
- 39 A Universidade do Ar foi criada no ano de 1941 sob supervisão da Divisão de Ensino Secundário do Ministério da Educação e Saúde Pública e tinha por objetivo oferecer novas metodologias de ensino aos professores secundaristas. Por meio da Rádio Nacional, à época a maior emissora de rádio do país, eram oferecidos cursos de Português, Matemática, Latim, Geografia, História, entre outros (Pimentel, 1999, pp. 35-37). É

interessante destacar que neste modelo de ensino os cursos de História e Geografia eram separados, assim como no ensino secundário.

- 40 Em seu discurso, o autor deixa clara a importância do desenvolvimento da ciência geográfica para o Estado brasileiro, principalmente no contexto do Estado Novo, aproveitando o ensejo dado pelo próprio presidente - quando este faz de improviso um discurso enaltecendo a geografia nacional na ocasião da criação dos Territórios Nacionais, em janeiro de 1944 - para reforçar as reivindicações em favor do curso universitário, baseado na argumentação da geografia como campo exclusivo:

A Geografia do Brasil enfeita-se, este ano, para grandes comemorações. Realmente, 1944 será o ano geográfico do Brasil. Três memoráveis assembleias vão se reunir em nosso país. Em agosto, a II Reunião Pan-Americana de consulta sobre Geografia e Cartografia patrocinada pelo Conselho Nacional de Geografia. Depois, a Assembleia Nacional do mesmo Conselho e, finalmente, em setembro, o X Congresso Brasileiro de Geografia, em Belém, no Estado do Pará.

Como a completar a característica geográfica para o Brasil do ano de 1944, salienta-se ainda o reconhecimento oficial - por S. Excia., o Sr. Presidente da República - do valor da Geografia para o conhecimento seguro dos povos em suas relações com o meio físico. Fê-lo S. Excia. quando em Guaíra, falou de improviso, a 27 de janeiro do corrente ano. A revista *Cultura Política* divulgou, em seu número de abril, o discurso até então inédito, no qual há conceitos de grande oportunidade, não somente para todos em geral, como para os trabalhadores da Geografia, em particular.

Focalizando a finalidade da criação dos Territórios Nacionais, teve S. Excia. ocasião de proferir palavras de muita importância, com efeito, para todos os que labutam em nosso setor geográfico. Ao afirmar, por exemplo, que "*A História dos povos está ligada à sua Geografia*", certamente não disse S. Excia. Uma novidade mas, ao fazê-lo, quis sem dúvida frisar a importância que a ciência geográfica possui; tanto mais que houve por bem acrescentar: "*Segundo a distinção dos sociólogos a Geografia estuda a organização dos povos em sua forma estática e a geopolítica é a forma dinâmica de sua evolução. É o destino dos povos ligados à terra e plasmado pela energia criadora do homem*". Atribuindo ao homem um valor criador, colocou-se claramente, S. Excia. dentro dos postulados da escola geográfica francesa que, como sabemos, admite - como diria Vidal de La Blache - o homem como verdadeiro agente geográfico, mais ator do que espectador em face da natureza.

Mas desta ou daquela maneira, S. Excia. - na qualidade de Presidente da República - dando um justo destaque à obra da Geografia no destino dos povos ligados à Terra, trouxe a todos nós, professores de Geografia e geógrafos do Brasil, um incentivo, uma palavra de ânimo e, outrossim, um reconhecimento público, de que sabe apreciar e avaliar a obra dos que sinceramente se empenham no conhecimento certo e metódico da terra brasileira (Pereira, 1944, pp. 127).

- 41 Ao interpretar este fragmento é necessário ter em mente que o governo de Vargas foi o primeiro a instaurar um sistema de gerenciamento do Estado que tinha por base o controle pormenorizado do território. A criação do IBGE não foi um fato isolado, antes fazia parte de um plano de expansão do poder central calcado em uma base territorial, para a qual era fundamental o conhecimento geográfico.
- 42 Nas décadas de 1930 e 1940 os profissionais de geografia participaram ativamente de planos de gerenciamento, redivisão das unidades estaduais e criação dos territórios federais. A criação dos territórios estava relacionada principalmente com a soberania nacional sobre as regiões de fronteira. Estes integravam as tentativas de colonização do interior do Brasil, na chamada "Marcha para o Oeste", um esforço do governo federal para aumentar sua presença em regiões fronteiriças de baixa densidade demográfica e rede urbana precária. Com a entrada do país na Segunda Grande Guerra, em 1942,

governo desmembrou áreas estaduais situadas em regiões estratégicas nas fronteiras do país ou no Atlântico, passando a administrá-las diretamente como Territórios Federais: Amapá, Rio Branco, Ponta Porã, Guaporé, Iguaçu e Fernando de Noronha.

- 43 Com a associação cada vez mais forte entre o Estado getulista e o controle do território nacional, a importância da geografia e dos geógrafos aumentava de forma considerável. Em um contexto de gerenciamento estratégico das fronteiras e da busca de equilíbrio no desenvolvimento econômico nacional, os geógrafos eram os portadores do conhecimento que viabilizaria os planos integradores da presidência.
- 44 Assim, a geografia na Universidade do Ar concentrava todas as características de autonomia reivindicadas pelo Conselho, em contraposição ao curso universitário presencial na UB e USP, por exemplo:

Todas as lembranças que acabei de fazer, têm o mérito, antes de tudo, de fortalecer e revigorar a esperança de que este, será também o ano geográfico para a Universidade do Ar.

E tudo indica que assim venha a ser.

Em primeiro lugar, considerando-se o número já volumoso de candidatos que desejam matricular-se em seus cursos, entre os quais o de Geografia do Brasil e o de Geografia Geral. (...)

Em terceiro lugar, a novidade que a *Universidade do Ar* apresenta no presente ano letivo, qual seja a de dividi-lo em duas partes distintas: uma totalmente consagrada à Geografia do Brasil, outra dedicada apenas à Geografia Geral, o que traz a vantagem de permitir que se possa estudar a matéria com maior intensidade, evitando, ainda, o inconveniente de terem os colegas de esperar muitos dias para ouvir a continuação de um assunto anteriormente explanado. Além do mais, é preciso acrescentar que outra razão existe para se esperar um aumento sempre crescente de estudiosos na *Universidade do Ar*. É que sempre existiu, entre nós, um número vultoso de apaixonados da Geografia, tanto da boa quanto da má Geografia (pp. 127-128).

- 45 A temática dos cursos especializados em geografia retorna quando o autor fala do “amparo e reconhecimento público do alto valor da geografia e do Conselho” pelo presidente:

Por que não esperar, pois, que aumente o número dos trabalhadores da boa, útil e construtiva Geografia, se, hoje, além dos cursos e faculdades especializadas, temos também já um ambiente favorável para as convenientes pesquisas e trabalhosas observações? Por que não esperar que o número aumente, se principiamos a encontrar no país, e cada vez mais, a necessária e indispensável atmosfera moral e de amparo, em nosso favor?

O coroamento desse ambiente propício, indispensável, deu-nos S. Excia., o Sr. Presidente da República, não somente criando o Conselho Nacional de Geografia, como prestigiando-o, e, finalmente, reconhecendo, de público, o alto valor que a Geografia – e portanto, seus trabalhadores – possuem em face da cultura e dos destinos do Brasil (p. 128).

- 46 Parecia justo, ao conferencista, que tal reconhecimento se traduzisse em ações institucionais em prol da autonomização acadêmica da disciplina. Embora elaborado, seu discurso era também bastante comunicativo, procurando causar impacto nos ouvintes:

Que trabalhem os mestres de ofício nas oficinas e o químico ou físico, dentro das quatro paredes de seu laboratório. Nós, não! porque a nossa ciência possui um laboratório maior e mais expressivo – o laboratório da natureza, como já se tem dito (p. 129).

- 47 É interessante salientar que, neste discurso, a exploração tinha um papel muito maior que o trabalho de gabinete para os geógrafos, cuja função consistiria em organizar o material

reunido nas expedições, ganhando relevo apenas quando vinculado e subordinado às atividades de campo.

- 48 Esta valorização da exploração territorial era utilizada pelo autor como um recurso retórico, um chamamento aos brasileiros para que se tornassem protagonistas da produção do conhecimento geográfico sobre o seu próprio país, apesar das dificuldades envolvidas na tarefa:

O Brasil ainda não possui um número suficiente de técnicos, especialmente contratados, para realizar pesquisas de campo. Não dispõe, também, de recursos financeiros fartos, não só para remunerá-los bem – como devem ser remunerados – como para atender às exigências de seu vasto território, infelizmente ainda muito mal conhecido e estudado.

Por que não há o colega [o profissional brasileiro de geografia] de facilitar essa tarefa tão grandiosa, qual seja a do melhor conhecimento geográfico de nosso país, estudando, aí mesmo, onde vive, a pequena porção da terra brasileira que lhe dá o pão nosso de cada dia? Ou será preciso que esperemos pelos estrangeiros afim de que possamos ter conhecimentos de segunda mão? (p. 129).

- 49 Para o autor, a função do curso de Geografia era a de formar profissionais comprometidos com a exploração de seu país. O curso não seria apenas meio de receber um diploma, mas uma base orientadora para as atividades do futuro geógrafo.
- 50 Os argumentos do autor, evidentemente, iam ao encontro das resoluções aprovadas pelo Conselho. Assim, questões como a defesa da autonomia a partir da diferenciação entre a geografia e outras ciências, bem como o possível desdobramento do currículo de geografia em uma parte geral e outra referente ao Brasil, aparecem no conjunto das preocupações.
- 51 Veríssimo Pereira advoga em favor da exploração territorial, realizada por geógrafos brasileiros, os quais deveriam receber a melhor formação possível. Definindo esta atividade como a mais importante a ser desempenhada pelos geógrafos, o autor defende ainda a delimitação clara de um campo de trabalho para uma profissão a ser formalmente estabelecida, com atividades bem delimitadas e um modelo ambiente institucional de trabalho: o Conselho Nacional de Geografia, abrigado no IBGE.

Considerações Finais

- 52 A partir da análise das resoluções do Conselho Nacional de Geografia e do discurso de José Veríssimo da Costa Pereira, podemos perceber que havia uma estratégia em curso para a luta pela autonomia da geografia tanto no campo científico quanto no profissional. Os geógrafos ligados ao IBGE não reivindicavam apenas a separação dos cursos de Geografia e História, mas um modelo de formação que fornecesse o suporte necessário às atividades de levantamento e exploração territorial. Ademais, a crescente importância da geografia nas iniciativas de gestão territorial do Estado brasileiro só fazia aumentar a insatisfação dos geógrafos com sua formação universitária.
- 53 Aliado a esses dois fatores, há ainda a questão da circulação dos professores, técnicos e alunos entre a universidade e o IBGE, o que contribuía decisivamente para a defesa de um modelo de formação que conjugasse o papel da universidade ao trabalho de campo, viabilizado somente nos marcos institucionais do IBGE. Desta forma, a mobilização pela separação do curso de História integrava um conjunto de reivindicações que tinha como objetivo maior tornar a universidade um local de treinamento profissional dos geógrafos

para as explorações. Neste sentido, ela deveria estar alinhada às atividades profissionais que seriam exercidas pelos estudantes.

- 54 A avaliação dos documentos produzidos pelos geógrafos à época nos possibilita discutir como foi conduzida a argumentação que levou à separação dos cursos e à regulamentação da profissão de geógrafo. É interessante perceber ainda que, mesmo com o passar dos anos, o debate em torno da autonomia e da profissionalização continua mobilizando a atenção dos profissionais, tanto da História quanto da Geografia. Quem sabe o estudo desses debates nos anos 1940 forneça elementos que auxiliem a compreensão da recorrência de tais discussões na atualidade.

BIBLIOGRAPHY

ADAS, Sérgio. *O campo do geógrafo: colonização e agricultura na obra de Orlando Valverde (1917-1964)*. São Paulo: Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo: 2006

ALMEIDA, R. S. A Geografia do IBGE: os mestres formadores. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*, v. 17, p. 210-222, 2010.

_____. ABRANTES, Vera Lucia Cortes. O pensamento científico dos pioneiros do IBGE. In.: MARTINS, R. A.; MARTINS, L. A. C., SILVA, C. C., FERREIRA, J.M.H. (eds.) *Filosofia e História da Ciência no Cone-Sul: 3º Encontro*. Campinas: AFHIC, 2004.

CARDOSO, Luciene Pereira Carris. *Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: espelho das tradições progressistas (1910-1945)*. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Rio de Janeiro: 2008.

EVANGELISTA, Helio de Araújo. Geografia tradicional no Brasil: uma geografia tão mal-afamada quanto mal conhecida! *Revista geo-paisagem*, ano 5, nº 10, jul/dez. 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como Ofício - A constituição de um campo disciplinar*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

_____. Notas sobre a institucionalização dos cursos universitários de História no Rio de Janeiro. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Estudos sobre a escrita da História*. Editora 7 Letras. Rio de Janeiro, 2006.

_____. Diário pessoal, autobiografia e fontes orais: a trajetória de Pierre Deffontaines. São Paulo: *I Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico*, vol. 1, pp. 131- 138, 1999.

IBGE-CNG. Resolução nº 156, de 18 de abril de 1944. Leis e Resoluções. *Boletim Geográfico*, v.2, n. 22, 1945a, pp. 1657-1658.

IBGE-CNG. Resolução nº 156, de 18 de abril de 1944. Leis e Resoluções. *Boletim Geográfico*, v.3, n. 26, 1945b, p. 337.

LEFEBVRE, Jean-Paul. Les professeurs français des missions universitaires au Brésil (1934-1944) *Cahiers du Brésil Contemporain*, 1990, nº12.

MACHADO, Mônica S. *A construção da geografia universitária no Rio de Janeiro*. 1. ed. Rio de Janeiro: Apicuri/Faperj, 2009.

NOGUEIRA, Carlo Eugênio. *O lugar da fronteira na geografia de Pierre Monbeig*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo: 2013.

PALMA FILHO, J. C. (organizador). *Pedagogia Cidadã. Cadernos de Formação. História da Educação*. 3. ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP- Santa Clara Editora, 2005.

PAZERA JR, Eduardo. A contribuição francesa e anglo-saxã na formação do pensamento geográfico brasileiro. In: *Boletim de Geografia da Universidade Estadual de Maringá*. Paraná, Ano 06, n 01, jun. 1988.

PEREIRA, José Veríssimo da Costa Pereira. A Geografia na Universidade do Ar. *Boletim Geográfico*, v.2, n.14, maio de 1944, pp. 127-129.

PEREIRA, Sérgio Nunes. Na boca do sertão ou integrada ao ecúmeno? Militares, estatísticos, geógrafos e a localização da nova capital. In: Nelson de Castro Senra. (Org.). *Veredas de Brasília. As expedições geográficas em busca de um sonho*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

PIMENTEL, Fábio Prado. *O rádio educativo no Brasil: uma visão histórica*. Rio de Janeiro: Soarmec Editora, 1999.

RUELLAN, Francis. Quelques problèmes de l'expédition chargée de trouver des sites pour la nouvelle capitale fédérale des Etats-Unis du Brésil. *Bulletin de l'Association de Géographes Français* n. 194-195, mai/juin 1948, p. 2. Paris: Centre Nationale de la Scientifique.

APPENDIXES

ANEXO N. 1

Resolução nº 156, de 18 de abril de 1944

Formula encarecido apelo ao ministro da Educação e Saúde sobre o ensino superior da Geografia

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando que se processam, no Ministério da Educação e Saúde, estudos sobre a reforma do ensino superior;

Considerando os interesses do ensino da Geografia, em face das necessidades atuais dos nossos serviços especializados;

Resolve:

Art. 1º – O Conselho Nacional de Geografia formula encarecido apelo ao senhor Ministro da Educação e Saúde no sentido se ser estabelecida, na reforma do ensino superior em preparo, a separação dos cursos de Geografia e de História nas faculdades de filosofia, de modo a se possibilitar a formação de geógrafos habilitados convenientemente nos trabalhos especializados, de gabinete e de campo, de que tanto carece a Geografia nacional, no seu aparelhamento atual.

Art. 2º – O Conselho encarece também a conveniência de se estabelecer, na medida do possível, uniformidade dos currículos nos cursos de Geografia das faculdades de filosofia do país, de maneira que, mediante equilibrado conjunto de estudos teóricos e práticos, melhor e mais extensamente se atendam as necessidades dos meios técnicos.

Art. 3º – Igualmente, salienta o Conselho a necessidade de ser restabelecido nas escolas de engenharia o curso de geógrafo, em virtude da falta desses técnicos no país, a criar-lhe embaraços no desenvolvimento dos trabalhos geográficos e sugere dar-se ao diplomado nesse curso o título de “engenheiro geodesta”.

Art. 4º – Por fim, o Conselho ressalta a absoluta necessidade de ser dado cunho prático aos cursos superiores de Geografia, por forma que os geógrafos formados pelas faculdades de filosofia e pelas escolas de engenharia sejam profissionais aptos e em condições de aproveitamento imediato e efetivo.

Rio de Janeiro, 18 de abril de 1944, ano 8º do Instituto – Conferido e numerado. Laura de Moraes Sarmento, Secretário Assistente Interino – Visto e rubricado. Christovam Leite de Castro, Secretário Geral do Conselho – Publique-se. José Carlos de Macedo Soares, Presidente do Instituto.

ANEXO N. 2

Resolução nº183, de 26 de março de 1945

Cria uma Comissão Especial para estudar as indicações aprovadas pelo X Congresso Brasileiro de Geografia no sentido da regulamentação da profissão de geógrafo e da criação da Faculdade de Geografia e Cartografia

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando o apreço que devem merecer as decisões dos Congressos Brasileiros de Geografia que, na nova fase, se realizam sob o patrocínio do Conselho;

Resolve:

Art. 1º – Fica constituída uma Comissão Especial para o fim de estudar as questões relativas à regulamentação do exercício da profissão de geógrafo e à criação da Faculdade de Geografia e Cartografia, na conformidade das indicações nesse sentido aprovadas pelo X Congresso Brasileiro de Geografia e encaminhadas à consideração deste Conselho.

Art. 2º – A Comissão será composta de cinco membros, designados pelo presidente do Instituto.

§ 1º – Um dos membros será designado pelo presidente do Instituto para presidir os trabalhos da Comissão.

§ 2º – São membros natos da Comissão o delegado técnico do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o representante especial do Ministério da Educação e Saúde, junto a este Diretório, dada a natureza dos assuntos a serem tratados pela Comissão.

Art. 3º – Os trabalhos se regerão pelas diretrizes que lhe fixar o seu presidente, ouvida a Comissão.

Art. 4º – A cada membro da Comissão caberá o direito de receber, a título de indenização de despesas de condução e de representação, a quota de cem cruzeiros pela presença em cada reunião.

Art. 5º – É de três meses o prazo que se abre à Comissão, contados da data de sua instalação, para a apresentação do relatório.

Art. 6º – Consultas a personalidades e instituições relacionadas com os assuntos respectivos poderão ser formuladas pela Comissão, em nome do Conselho.

Art. 7º – O presidente do Instituto poderá prorrogar esse prazo, atendendo às ponderações que porventura a Comissão lhe venha a oferecer.

Art. 8º – O relatório da Comissão será julgado pelo Diretório Central, em reunião conjunta com a Comissão.

Rio de Janeiro, 26 de março de 1945, ano IX do Instituto – Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente. Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. – Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

ANEXO N. 3

A Geografia na Universidade do Ar

[Palestra ao microfone da Rádio Nacional, em 27 de abril de 1944]

Prof. José Veríssimo da Costa Pereira

A Geografia do Brasil enfeita-se, este ano, para grandes comemorações. Realmente, 1944 será o ano geográfico do Brasil. Três memoráveis assembléias vão se reunir em nosso país. Em agosto, a II Reunião Pan-Americana de consulta sobre Geografia e Cartografia patrocinada pelo Conselho Nacional de Geografia. Depois, a Assembléia Nacional do mesmo Conselho e, finalmente, em setembro, o X Congresso Brasileiro de Geografia, em Belém, no Estado do Pará.

Como a completar a característica geográfica para o Brasil do ano de 1944, salienta-se ainda o reconhecimento oficial – por S. Excia., o Sr. Presidente da República – do valor da Geografia para o conhecimento seguro dos povos em suas relações com o meio físico. Fê-lo S. Excia. quando em Guaíra, falou de improviso, a 27 de janeiro do corrente ano. A revista *Cultura Política* divulgou, em seu número de abril, o discurso até então inédito, no qual há conceitos de grande oportunidade, não somente para todos em geral, como para os trabalhadores da Geografia, em particular.

Focalizando a finalidade da criação dos Territórios Nacionais, teve S. Excia. ocasião de proferir palavras de muita importância, com efeito, para todos os que labutam em nosso setor geográfico. Ao afirmar, por exemplo, que “*A História dos povos está ligada à sua Geografia*”, certamente não disse S. Excia. Uma novidade mas, ao fazê-lo, quis sem dúvida frisar a importância que a ciência geográfica possui; tanto mais que houve por bem acrescentar: “*Segundo a distinção dos sociólogos a Geografia estuda a organização dos povos em sua forma estática e a geopolítica é a forma dinâmica de sua evolução. É o destino dos povos ligados à terra e plasmado pela energia criadora do homem*”.

Atribuindo ao homem um valor criador, colocou-se claramente, S. Excia. dentro dos postulados da escola geográfica francesa que, como sabemos, admite – como diria Vidal de La Blache – o homem como verdadeiro agente geográfico, mais ator do que espectador em face da natureza.

Mas desta ou daquela maneira, S. Excia. – na qualidade de Presidente da República – dando um justo destaque à obra da Geografia no destino dos povos ligados à Terra, trouxe a todos nós, professores de Geografia e geógrafos do Brasil, um incentivo, uma palavra de ânimo e, outrossim, um reconhecimento público, de que sabe apreciar e avaliar a obra dos que sinceramente se empenham no conhecimento certo e metódico da terra brasileira.

Todas as lembranças que acabei de fazer, têm o mérito, antes de tudo, de fortalecer e revigorar a esperança de que este, será também o ano geográfico para a Universidade do Ar.

E tudo indica que assim venha a ser.

Em primeiro lugar, considerando-se o número já volumoso de candidatos que desejam matricular-se em seus cursos, entre os quais o de Geografia do Brasil e o de Geografia Geral.

Em segundo lugar, o aumento considerável das contribuições obtidas o ano passado, em comparação com o número das enviadas no ano anterior – circunstância que dá, sem dúvida, a previsão de uma quantidade ainda maior em 1944.

Em terceiro lugar, a novidade que a *Universidade do Ar* apresenta no presente ano letivo, qual seja a de dividi-lo em duas partes distintas: uma totalmente consagrada à Geografia do Brasil, outra dedicada apenas à Geografia Geral, o que traz a vantagem de permitir que se possa estudar a matéria com maior intensidade, evitando, ainda, o inconveniente de terem os colegas de esperar muitos dias para ouvir a continuação de um assunto anteriormente explanado. Além do mais, é preciso acrescentar que outra razão existe para se esperar um aumento sempre crescente de estudiosos na *Universidade do Ar*. É que sempre existiu, entre nós, um número vultoso de apaixonados da Geografia, tanto da boa quanto da má Geografia.

Se é verdade que uma considerável quantidade de professores mais se dedicou à Geografia puramente *descrição* do que à Geografia *interpretação*, isso se deu, talvez pela inexistência, outrora, de bons orientadores e de cursos especializados, em quantidade suficiente. Sem estarem a par da orientação impressa, nos últimos tempos, pelos mestres da difícilíssima quão apaixonante ciência, não podiam, é claro, a não ser por si mesmos, mudar de rumo. Desse modo, alguns se julgariam no caminho certo quando, na realidade, muito fora dele se achavam.

O certo, porém, é que, deste ou daquele modo, a Geografia sempre teve numerosos cultores em nossa terra.

Felizmente, a criação, nos últimos tempos, de faculdades especializadas e de cursos de orientação metodológica; a divulgação de obras de doutrina e publicação de revistas encerrando artigos esclarecedores, tudo isso tem concorrido para provocar, ainda mais, a melhoria espontânea da qualidade da matéria a ser aprendida e ensinada.

Nosso problema, em matéria de orientação geográfica, nunca foi, então, de ordem *quantitativa* mas de ordem *qualitativa*.

Muito bem; se existiu sempre, um grande número de estudiosos da Geografia – embora da má Geografia (que eles consideravam boa, ingenuamente) – por que não esperar que o número aumente em favor de uma Geografia de melhor qualidade, de uma Geografia racional, uma Geografia que focalize, de preferência, o acordo recíproco da natureza e do homem, a influência daquela sobre este e deste sobre a primeira? – De uma Geografia que se firme, com toda a sua observação desapassionada e sem desvirtuamentos, no modo – principalmente – como se plasmam, em cada lugar da superfície terrestre, o homem e a natureza?

Por que não esperar, pois, que aumente o número dos trabalhadores da boa, útil e construtiva Geografia, se, hoje, além dos cursos e faculdades especializadas, temos

também já um ambiente favorável para as convenientes pesquisas e trabalhosas observações? Por que não esperar que o número aumente, se principiamos a encontrar no país, e cada vez mais, a necessária e indispensável atmosfera moral e de amparo, em nosso favor?

O coroamento desse ambiente propício, indispensável, deu-nos S. Excia., o Sr. Presidente da República, não somente criando o Conselho Nacional de Geografia, como prestigiando-o, e, finalmente, reconhecendo, de público, o alto valor que a Geografia – e portanto, seus trabalhadores – possuem em face da cultura e dos destinos do Brasil.

Por tudo o que acabei de dizer, é de se esperar que 1944 seja realmente, também, o ano geográfico da *Universidade do Ar*. Com isso, quero dizer que aguardarei este ano, não apenas um grande número de matrículas, mas, outrossim, uma quantidade respeitável de contribuições sobre todos os cantos e recantos de nosso país.

Assim, estaremos em nosso setor, trabalhando bem para o país e sua ciência.

Que trabalhem os mestres de ofício nas oficinas e o químico ou físico, dentro das quatro paredes de seu laboratório. Nós, não! porque a nossa ciência possui um laboratório maior e mais expressivo – o laboratório da natureza, como já se tem dito.

Fora disso, a Geografia quase que chega a ser inconsciente.

Não se entenda, apressadamente, que eu subestime o trabalho de gabinete. Há no trabalho geográfico, não apenas o da pesquisa no campo, mas também o do gabinete, que consiste, justamente, na seleção do material reunido, na elaboração de cartas e mapas, na construção dos esquemas explicativos e, por último, na redação da *síntese final* – interpretativa – que é o coroamento de todo o trabalho geográfico sério, embora modesto.

Se, individualmente, cada professor de Geografia do Brasil compreender que sua colaboração honesta, representa, sempre, uma contribuição a mais em favor do conhecimento da Terra, então é possível afirmar-se que já adquirimos a necessária e indispensável maturidade geográfica para ensinar e construir.

De resto, é preciso não esquecer o que representará uma tal contribuição.

O Brasil ainda não possui um número suficiente de técnicos, especialmente contratados, para realizar pesquisas de campo. Não dispõe, também, de recursos financeiros fartos, não só para remunerá-los bem – como dever ser remunerados – como para atender às exigências de seu vasto território, infelizmente ainda muito mal conhecido e estudado.

Por que não há o colega de facilitar essa tarefa tão grandiosa, qual seja a do melhor conhecimento geográfico de nosso país, estudando, aí mesmo, onde vive, a pequena porção da terra brasileira que lhe dá o pão nosso de cada dia? Ou será preciso que esperemos pelos estrangeiros afim de que possamos ter conhecimentos de segunda mão?

Gostaria que refletissem sobre o assunto e que se resolvessem a se matricular na *Universidade do Ar* com a preocupação de trabalhar muito mais pela *Geografia do Brasil*, do que, por exemplo, com a de obter – no fim do curso – um mero certificado de aproveitamento. Sem dúvida, a *Universidade do Ar* possui uma vantagem utilitária-prática-imediata, a de expedir certificados. Mas sua finalidade precípua é a difusão da cultura em todos os setores dos conhecimentos e servir, e servir, superiormente, ao Brasil.

NOTES

1. Capanema foi ministro da Educação e Saúde Pública entre os anos de 1934 e 1945.
2. O artigo 1º do referido decreto diz: O Instituto Nacional de Estatística passa a denominar-se Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ficando ambos os seus órgãos colegiais de direção – o de Geografia e o de Estatística – com a denominação de “Conselho Nacional”.
3. O Decreto nº 19851, de 11 de abril de 1931, regula o ensino superior brasileiro através da constituição de universidades, que deveriam ser federais, estaduais, ou livres (através de associações ou fundações). Contudo, ficariam sujeitas à fiscalização do Governo Federal, por intermédio do Departamento Nacional de Ensino.
4. Por meio do Decreto-Lei nº 1063, de 20 de janeiro de 1939, Getúlio Vargas conclui a dissolução da UDF.
5. A França e a Alemanha eram os principais expoentes da produção geográfica no começo do século XX, muito embora a produção alemã não tenha encontrado tanto eco no Brasil. O idioma francês e a produção científica proveniente deste país influenciavam fortemente as elites nacionais, e com a geografia não foi diferente. Um exemplo desta relação entre a geografia francesa e o Brasil está na obra do francês Elisée Réclus, que dedicou um dos dezoito volumes de sua “Geografia Universal” à análise do território brasileiro, realizada a partir de observações em campo. Além das geografias francesa e alemã, havia também a incipiente geografia norte-americana, que, assim como a brasileira, ainda estava em formação e a britânica, que era bastante eclipsada pela francesa (Pazera Jr, 1988, pp. 33-34).
6. Este foi o caso do canadense Pierre Dansereau, especialista em botânica, que lecionou biogeografia na Universidade do Brasil entre 1945 e 1946.
7. Pierre Deffontaines nasceu em Limoges em 1894 e morreu em 1978, aos 84 anos, em Paris, tendo dedicado toda a sua vida ao desenvolvimento da Geografia. Formado inicialmente em Direito em Poitiers e logo após em Geografia pela Sorbonne, doutorou-se no ano de 1932. Além de lecionar, também fez carreira em associações profissionais, tendo sido professor e diretor do Instituto de Geografia na Faculdade Católica de Lille (1925-1939) e secretário geral da Sociedade de Geografia de Lille, de 1932 a 1937. Da mesma forma, promoveu a participação do Conselho Nacional de Geografia do Brasil no Comitê Internacional de Geografia (Ferreira, 1999, pp. 131-138).
8. Francis Ruellan nasceu em 1894 e faleceu aos 71 anos. Trabalhou no Rio de Janeiro por dezesseis anos, entre 1940 e 1956, formando a segunda geração de geógrafos. Também acumulava o cargo de Assistente Técnico do Conselho Nacional de Geografia.
9. A versão completa do documento pode ser consultada no anexo n. 1 do presente artigo.
10. A versão completa do documento pode ser consultada no anexo n. 2 do presente artigo.
11. Através da Lei nº 6664 que disciplina a profissão de geógrafo.
12. José Veríssimo da Costa Pereira foi um dos geógrafos brasileiros que mais se preocupou com a história da disciplina e do próprio IBGE. Foi pesquisador do Instituto desde o ano de 1940, além de ter lecionado na Universidade do Brasil e na Faculdade Fluminense de Filosofia. Organizou uma memória dos estudos geográficos no Brasil, compilando informações e bibliografia acerca das origens não acadêmicas e dos anos iniciais da disciplina, em trabalho publicado na obra *As Ciências no Brasil* organizada por Fernando de Azevedo (Cardoso, 2008).
13. A versão completa do documento pode ser consultada no anexo n. 3 do presente artigo.

ABSTRACTS

Este trabalho tem por finalidade examinar as conexões entre a geografia universitária e o IBGE na década de 1940. Através da análise de resoluções do Conselho Nacional de Geografia e de um artigo de José Veríssimo da Costa Pereira, pretendeu-se explorar de que forma era construída a argumentação em prol da autonomia do curso de geografia na Universidade do Brasil, até então vinculado à história, e a regulamentação da profissão de geógrafo.

The following study aims to examine the connections between university geography and IBGE in the 1940's. Through the analysis of resolutions of the CNG and an article written by José Veríssimo da Costa Pereira, the purpose was intended to explore how was constructed the argument in favor of the autonomy of the geography's course at the Brazil's University and the regulation of the profession of Geographer .

El presente artículo tiene como objetivo examinar las conexiones entre la geografía universitaria y el IBGE en la década de 1940. A través del análisis de las resoluciones del Consejo Nacional de Geografía (CNG) y de un artículo de José Veríssimo da Costa Pereira, se pretendió explorar la forma en que fue construida la argumentación a favor de la autonomía de la Carrera de geografía en la Universidad de Brasil, hasta entonces vinculada a la historia, y la reglamentación de la profesión del geógrafo.

Cette étude examine les rapports entre la géographie universitaire brésilienne et l'IBGE universitaire dans les années 1940. Grâce à l'analyse des résolutions du Conseil national de géographie (CNG) et d'un article de Jose Verissimo da Costa Pereira, nous a permis d'explorer la façon dont a été construit l'argument en faveur de l'autonomie des cours de géographie à l'université brésilienne, précédemment lié à celui d'histoire, et la réglementation de la profession de géographe.

INDEX

Geographical index: Brasil

Mots-clés: géographie, IBGE, géographie universitaire, la professionnalisation du géographe

Keywords: geography, academic geography, professionalisation of geographers

Palabras claves: geografía, geografía universitaria, profesionalización del geógrafo

Chronological index: 1935-1949

Palavras-chave: profissionalização do geógrafo

AUTHOR

PATRICIA ARANHA

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS-UFRJ).